

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1174

23 a 29 de abril de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Código Florestal

Em jogo 33 milhões de hectares

(ou um Paraná e meio)

Cafelândia: O reino do frango e da tilápia

2 Meio ambiente
Os riscos do Código Florestal

8 Pecuária
Plataforma de gestão

10 Cafelândia
Frango e Tilápia

15 SENAR-PR
Eletricidade rural

16 Incra
Cadê os títulos da fronteira

18 Opinião
Reforma agrária

20 Exportações
Agronegócio paranaense

22 Legislação
Aposentadorias

23 Previdência
Aposentadorias

24 Via Rápida
Saudades, Terras raras, Pilotos,
Sadismo, Elefantes e etc

26 Cursos
Inclusão Digital, Tratorista, JAA
Cana-de-açúcar e etc

28 Conseleite
Resolução e mudanças

30 Aniversário
Sindicato de Tibagi

31 Notas

Um risco de

O Código Florestal pode prejudicar 4,6 milhões de pequenos produtores

Não se vive nem se planta sem água. Foi seguindo os cursos d'água que o território brasileiro foi ocupado pelos colonizadores. No sul do país, os imigrantes europeus começaram a se estabelecer no século XIX e com o correr do tempo consolidaram suas propriedades. Foi assim que formaram-se os vinhedos no Rio Grande do Sul, as plantações de maçãs em Santa Catarina, café em Minas, grãos no Paraná, em alguns exemplos que se estendem para outras regiões, como o cultivo de hortifrutigranjeiro em estufas às margens de rios, ou a produção de banana, realizada em encostas no Vale do Ribeira, em São Paulo.

Essa gente e seus descendentes consolidaram suas atividades na agricultura em pequenas propriedades. Dados do Incra revelam que mais de 90% das propriedades rurais são de imóveis de até 4 módulos (72 hectares em média no Paraná), com exceção da região Centro-Oeste, onde cerca de 70% tem essa dimensão.

Conhecendo a história, o pesquisador da Embrapa, Evaristo de Miranda, fez um estudo e avaliou o impacto do Novo Código Florestal para o Brasil, com foco nos 4,6 milhões de pequenos produtores que estão arriscados a perder suas terras hoje cultivadas. Miranda vem alertando sobre os riscos à pequena agricultura que será extremamente prejudicada se não forem respeitadas as áreas consolidada

Arquivo



R\$ 650 bilhões

“Eu não conheço nenhum país no mundo que fez o que está acontecendo aqui no Brasil. Com a aprovação do Novo Código, do jeito que eles querem, a agricultura do Brasil estará sendo congelada, não poderá avançar mais”.

“Pelos cálculos da Embrapa, se houver a obrigação de recompor essas áreas de APPs, o custo será de R\$ 650 bilhões. Nas contas do Instituto de Pesquisa Agrícola, esse valor é de R\$ 1 trilhão”

nas APP's. “O governo precisa avaliar com muito cuidado para não extinguir uma importante parcela da produção de alimentos no Brasil”, afirma.

Tais áreas, para agravar o problema, podem representar a porção mais produtiva das propriedades, pois, em uma APP (Área de Preservação Permanente), as terras mais férteis ficam justamente na beira dos rios. Dependendo do caso, isso pode significar 60% da renda do produtor – no

semi-árido esse número sobe para 80%.

“Pelos cálculos da Embrapa, se houver a obrigação de recompor essas áreas de APPs, o custo será de R\$ 650 bilhões. Nas contas do Instituto de Pesquisa Agrícola, esse valor é de R\$ 1 trilhão”, disse Miranda à revista “Globo Rural”. Com certeza, o setor rural não tem como arcar com essa conta. É necessário melhorar a agricultura, reduzir seu impacto ambiental, mas contemplando as realidades que estão consolidadas.

“Agricultura congelada”

“É preciso prestar atenção no que estamos votando. Praticamente mais de 4 milhões de agricultores estão localizados ao longo dos rios, em mais de 11 milhões de hectares. Isso pode ser muito bem acompanhado através de imagens de satélite. Nós temos 270 mil açudes no Nordeste, por exemplo, todos ocupados por pequenos agricultores e ao longo do rio São Francisco, por exemplo, são todas pequenas faixas de terra, como acontece em todos os rios do Nordeste. Então, se essa faixa for retirada dos pequenos produtores, seria como decretar a morte deles”.

No Paraná são 474.063 propriedades de até 4 módulos que ocupam quase 8 milhões de hectares, a maioria com pequenos cursos d’água.

O próprio governo reconheceu que o novo texto do Código Florestal, da forma como foi enviado pelo Senado à Câmara Federal, representará uma redução de 33 milhões de hectares do total de cerca de 220 milhões de hectares ocupados pelas atividades de produção agropecuária no Brasil.

“Nós temos que ter consciência que o Brasil está votando o seguinte: não se expande mais um hectare de café no sul de Minas Gerais, por exemplo, ou um pé de maçã na zona de relevo de Santa Catarina. O país não deveria funcionar desse jeito como se a agricultura estivesse no período neolítico (idade da pedra polida). Se estivéssemos praticando essa agricultura, usar encostas poderia ser muito perigoso, mas tudo isso tem que se discutir com tecnologia, depende da forma que você utiliza”, sustenta Miranda, “eu não conheço nenhum país no mundo que fez o que está acontecendo aqui no Brasil. Com a aprovação do Novo Código, do jeito que eles querem, a agricultura do Brasil estará sendo congelada, não poderá avançar mais”.



O próprio governo reconheceu que o novo texto do Código Florestal, da forma como foi enviado pelo Senado à Câmara Federal, representará uma redução de 33 milhões de hectares do total de cerca de 220 milhões de hectares ocupados pelas atividades de produção agropecuária no Brasil. Esses dados foram confirmados pelo assessor especial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Luiz Antônio de Carvalho, ao participar do seminário de capacitação do Guia de Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em fevereiro passado.

A polêmica

Os principais pontos polêmicos no texto do Código Florestal que irá à vo-

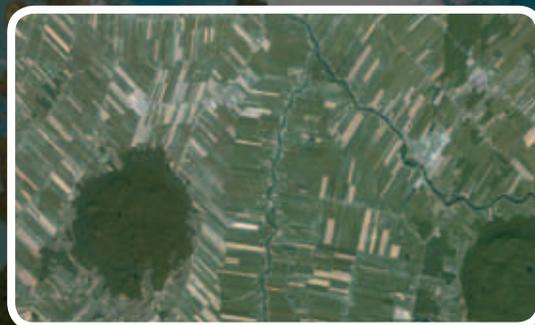
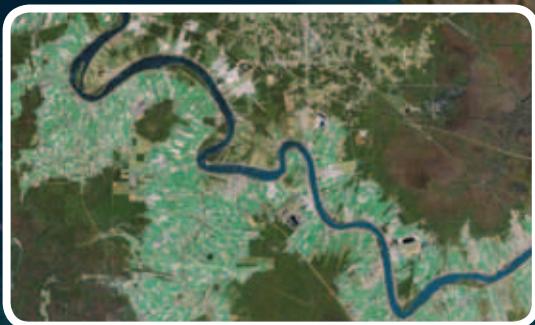
tação são as APPs (Áreas de Proteção Permanente) e a discussão da Emenda 164, que na primeira votação na Câmara consolidava as áreas produtivas desmatadas antes de junho de 2008. No Senado, entretanto, essa emenda se transformou no artigo 62, prevendo a reposição da vegetação em faixas de 30 a 100 metros em cada margem dos rios, com largura superior a 10 metros, dependendo do tamanho dos mesmos. As plantações em encostas e morros, também correm o risco de serem eliminadas. Negocia-se a retirada desse artigo 62 e a edição de uma Medida Provisória criando uma nova faixa para rios acima de 5 metros, que teriam que recompor 15 metros de vegetação. Rios até 5 metros não precisariam ter a vegetação recomposta.

Exemplos de áreas consolidadas NO BRASIL E LÁ FORA

As imagens de satélite de outros países e no Brasil exemplificam a atual ocupação territorial

Estados Unidos da América

Agricultura e irrigação no vale do rio Mississippi



Canadá

Agricultura no vale de rio Saint-Laurent

REGIÃO SUDESTE

Pequenos agricultores (4MFs) : 816.167

Área a ser retirada: 1.576.010 hectares.



Vale da Ribeira/SP - BRASIL

Plantações de banana (Dir) e pastagens para criação de búfalos (Esq)

RETRATOS DAS PERDAS

“Nos últimos 20 anos, uma série de alterações da legislação ambiental, via decretos, portarias, resoluções e medidas provisórias do Poder Executivo, restringiu severamente a possibilidade de remoção da vegetação natural, exigindo sua recomposição e o fim de atividades agrícolas em áreas tradicionalmente ocupadas. Em termos legais, apenas 29% do país seria passível de ocupação agrícola intensiva. Hoje, mais de 71% do território são áreas protegidas. A média mundial é de 12%. Essas iniciativas não contemplaram realidades socioeconômicas existentes nem a história da ocupação do Brasil e causam um enorme divórcio entre legitimidade e legalidade no uso das terras”.

(Evaristo Miranda)

IMPACTO DA RECOMPOSIÇÃO RETROATIVA DAS APPs

Estimativa, a partir do Cadastro do Incra, de propriedades com até 4 módulos fiscais: 4.594.785 imóveis. Considerados os limites de recomposição de APPs proposto pelo projeto do Código Florestal do Senado para áreas consolidadas, a perda de área foi estimada 11.664.687 hectares.

(Incra 2006)

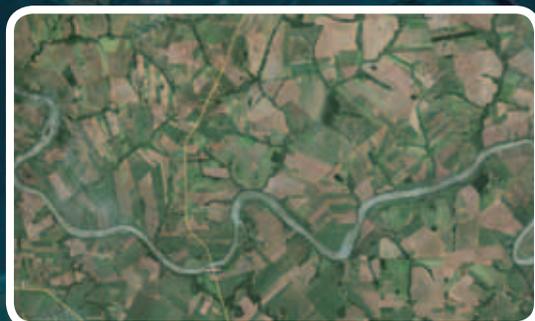
REGIÃO SUL

Pequenos agricultores (4MFs) : 903.397

Área a ser retirada: 943.317 hectares.

Oeste do Paraná - BRASIL

Ocupação fundiária do rio Piquiri



Holanda
Ocupação total das margens e ilhas na foz do rio Reno pela agricultura



Austria
Ocupação agrícola do rio Danúbio

Pernambuco - BRASIL
Concentração de pequenas propriedades ao longo dos rios, às margens e nas ilhas



Guaraciaba/CE - BRASIL
Concentração de pequenas propriedades ao longo dos rios



Jacuí/RS - BRASIL
Arrozais nas várzeas



REGIÃO NORDESTE

Metade dos pequenos agricultores do Brasil estão no nordeste. São 2.213.234 imóveis situados por razões históricas e ecológicas ao longo dos vales dos Açu, Jaguaribe, Parnaíba, Potengi, São Francisco, Paraguassu. Moradias construídas na vizinhança de cursos d'água permanentes e temporários, onde estão os açudes, barragens, cacimbas e irrigação: Perda estimada de 2.011.224 hectares de terras férteis.

Selbach/RS - BRASIL
Agricultura familiar e lavouras de cereais e soja



Não será vapt-vupt. Mas desde quarta-feira passada, 18, quando a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) entregou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) um sistema que reúne um banco de dados para controlar todo o rebanho bovino em 27 Estados, a pecuária deu um passo importante. A Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) é uma base de dados única sobre a criação, o transporte e o abate de bovinos para exportação de carne, que integrará informações do Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) – que garante a rastreabilidade dos animais – da Guia de Trânsito Animal Eletrônica (GTA) e do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (Sigsif).

A PGA tem o objetivo de fortalecer a gestão operacional do setor agropecuário e de reforçar o controle sanitário do rebanho bovino brasileiro. A plataforma também proporcionará mais transparência ao facilitar aos produtores o acesso e o registro das informações sobre suas propriedades e rebanhos numa única base de dados, além de monitorar eletronicamente o trânsito dos animais em todo o território brasileiro. “Tudo isso trará mais credibilidade e eficiência na defesa agropecuária brasileira”, afirma Décio Coutinho, assessor-técnico da CNA, que trabalha em conjunto com o Mapa na elaboração da PGA.

O Mapa recebeu os módulos da Base de Dados Única (BDU) e da Guia de Trânsito de Animais eletrônica (e-GTA). A BDU centralizará todas as informações dos sistemas de defesa sanitária dos Estados, do Mapa e da própria PGA. Isso permitirá a existência de uma base de dados confiável, sem duplicidade e discrepância de informações entre os entes federativos. Por outro lado, com a disponibilização da e-GTA aos Estados que ainda não possuem sistema próprio, as 27 unidades federativas estarão aptas a emitir a guia de trânsito eletrônica e, dessa forma,



Arquivo

O controle

Banco de dados permitirá troca de informações em todo o país



O médico-veterinário do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Celso Doliveira

será possível monitorar em tempo real a movimentação do rebanho no país. A integração dos sistemas dos Estados e a BDU deverá ser realizada em até 60 dias.

Conta do produtor

Para dar maior transparência às informações, cada produtor rural poderá abrir uma conta na PGA para inserir informações sobre a propriedade, o rebanho (aplicação de vacinas e medicamentos), eventos agropecuários, entre outras. Caberá à CNA elaborar junto aos produtores rurais os protocolos das informações que terão de ser inseridas na plataforma. Os produtores poderão acessar em tempo real as informações para verificar ou corrigir os dados.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, afirmou que a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), dará segurança aos consumidores



Agência Brasil

da boiada

CONTROLE

A ideia da PGA surgiu, em 2008, quando a União Europeia interrompeu temporariamente as compras de carne brasileira, o Ministério da Agricultura admitiu erros na certificação e comprometeu-se a adotar um sistema de rastreamento equivalente ao europeu, com controle individual dos animais. O rastreamento completo do rebanho pode ser decisivo para o Brasil consolidar-se como maior exportador mundial de carne bovina. O Sistema será auditado por representantes de países importadores de carne e carimbar a abertura de novos mercados mais exigentes.

dos produtos do agronegócio brasileiro. Ele explicou que este modelo, que contemplará inicialmente a pecuária a partir da criação de um banco de dados único com todas as informações sobre o rebanho brasileiro, será estendido a outros segmentos no futuro. “Iremos buscar para outros produtos e segmentos a mesma confiabilidade de in-

formações que a plataforma dará à pecuária brasileira. Nós temos essa responsabilidade com o consumidor e com a defesa agropecuária”, disse.

Transparência

A plataforma deve fortalecer o processo de gestão operacional estratégica do setor agropecuário com maior transparência e menor burocracia. Pela PGA, os produtores serão obrigados a informar o tamanho do rebanho, o sexo e a data de nascimento de cada animal, além de atualizar os dados duas vezes por ano, como o registro de mortes, furtos, embarques, vendas e abates. O médico-veterinário do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Celso Doliveira, explica que com o sistema, o Brasil, maior exportador mundial de carne bovina, poderá unificar as informações do sistema de defesa agropecuária, o que dará maior transparência e credibilidade aos sistemas.

Na avaliação dele, os produtores rurais e os consumidores só têm a ganhar com a implantação do banco de dados. “A plataforma vai eliminar papel e permitir uma troca de informações entre todos os Estados do país. Por exemplo, hoje é difícil emitir uma GTA daqui para Minas Gerais, você precisa consultar dois bancos de dados. Dessa forma, você vai ter apenas um banco de dados para fazer o controle do que entra e sai de animais nas propriedades”. Além disso, de acordo com ele, os consumidores também serão beneficiados com o sistema porque receberão uma informação que resultará num alimento mais seguro para o consumidor através da rastreabilidade.



Em Cafelândia, a Copacol garante a maior renda per capita do Oeste paranaense

No reino do fra

Por Hemely Cardoso • Fotos: Lineu Filho

A comodada sobre um solo vermelho, fértil e valorizado a pequena Cafelândia (14.551 habitantes – IBGE 2010) ostenta a maior renda per capita do oeste paranaense, segundo um estudo encomendado pelo Sistema FAEP ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) – R\$ 31.338,68. O combustível desse crescimento econômico é a Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol), fundada na década de 60, que proporciona 80% da renda do município. A Cooperativa envolve 4.672 associados, entre pequenos e médios produtores rurais, com atividades na agricultura, avicultura,

suinocultura, piscicultura e bovinocultura de leite. Sua influência, porém não se restringe à Cafelândia, se estende por uma dezena de municípios vizinhos.

Segundo o presidente da Copacol, Valtter Pitól, o faturamento da cooperativa registrou R\$ 1,388 bilhão no ano passado e a meta para 2013 é atingir R\$ 2 bilhões. “Estamos investindo no fortalecimento de nossas atividades, na capacitação com cursos, treinamentos e dias de campo para gerarmos renda e desenvolvimento para toda a região”, informa, acrescentando que o SENAR-PR é um dos parceiros da cooperativa.

A avicultura é o carro-chefe das atividades



Frango e da tilápia

na Copacol. Criado no início da década de 80, o sistema integrado para a produção de aves oferece aos produtores rurais os pintainhos, a ração e a assistência técnica. Depois de 60 dias, os animais são vendidos à cooperativa por R\$ 0,50 o quilo. A atividade concentra 1.055 aviários e 826 produtores integrados.

Entre eles, o descendente de alemão, Sergio Buss, 41 anos. No Sítio Santo Antônio, a 5 km de Nova Aurora, produz soja e milho em 29 hectares. Desde 2004, se integrou ao sistema de produção de aves para diversificar as atividades na sua propriedade. Hoje, com a ajuda do filho mais velho, Andrei, produz uma média de 48 mil

aves a cada dois meses e a expectativa é expandir a produção para 83 mil aves. No ano passado, investiu R\$ 450 mil, financiados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para a construção de um novo galpão. “A principal vantagem é que a cooperativa garante a comercialização do frango e tenho uma renda fixa a cada dois meses”, explica.

Somente no ano passado, a Copacol abateu 91 milhões de aves e as exportações somaram US\$ 145 milhões. Hoje, 60% da capacidade de abate de carne de frango é destinada ao mercado interno e 40% atende consumidores de mais de 40 países.

“

Estamos investindo no fortalecimento de nossas atividades, na capacitação com cursos, treinamentos e dias de campo para gerarmos renda e desenvolvimento para toda a região.

*Valter Pitol,
presidente da Copacol.*

”

Tilápia, “o frango d’água”

Desde 2008, a Copacol está trabalhando com a produção de tilápias através do programa de sistema integrado. Para fomentar a criação de peixes na região, instalou um frigorífico em Nova Aurora, a 17 km de Cafelân-

“

O cultivo de peixes não exige muita mão de obra.

Laurentino Roecker, agricultor.

”



Funcionários separando o filé da tilápia no abatedouro da Copacol

dia. O principal polo paranaense de tilapicultura comercial se concentra na região Oeste, nos municípios de Toledo, Maripá, Cascavel, Marechal Candido Rondon, Assis Chateaubriand e Nova Aurora. Em 2010, a produção de tilápia alcançou 16.088 toneladas.

A unidade abate uma média de 30 mil tilápias por dia e no ano passado, foram abatidas 8,5 milhões de peixes. Hoje 150 produtores participam do programa que fornece os peixes juvenis para terminação, ração, orientação técnica, equipe que realiza a despesca nas propriedades e transporte. O produtor participa com a construção dos açudes e da mão de obra que inclui alimentação, monitoramento da água e desenvolvimento da criação. “A meta é duplicar o volume de abate até 2015 para 60 mil tilápias por dia”, conta Pitol.

Há um ano e meio, o agricultor Laurentino Roecker é um dos integrados da Copacol para a produção de tilápias. No sítio de 15 hectares, a 5 km de Nova Aurora, engorda 90 mil peixes em três tanques com área de 20 mil metros quadrados de lâmina d’água e produz uma média de 55 toneladas por ano. As tilápias são vendidas à cooperativa por R\$ 0,79 o quilo. Segundo ele, o investi-





“

O projeto da Copacol nos dá mais segurança porque contamos com assistência técnica e a comercialização é garantida.

*Jorge Brustolin,
agricultor.*

”

mento para a construção dos tanques e 12 aeradores, que ajudam a produzir oxigênio na água, somou pouco mais que R\$ 100 mil. A piscicultura se tornou uma nova atividade para Roecker que cria 60 mil frangos e 1.000 porcos. Na sua avaliação, os investimentos valeram a pena. “O cultivo de peixes não exige muita mão de obra”, compara.

Assim como Roecker, o agricultor e gerente da propriedade Jorge Brustolin encontrou na produção de tilápias uma forma de engordar o orçamento no Sítio Pisenti, a 10 km de Nova Aurora. Há quatro anos se integrou ao programa e cultiva uma média de 55 mil tilápias por ano. Segundo ele, quando a tilápia atinge uma média de 650 gramas já está pronta para o abate. “O projeto da Copacol nos dá mais segurança porque contamos com assistência técnica e a comercialização é garantida”.

A tilápia engorda no prazo de 200 dias (no verão) e 360 dias (no inverno). Para

BAIXO CONSUMO

A produção mundial de tilápia é estimada em 3 milhões de toneladas por ano. Desse total, a China responde por 50% do volume. O consumo per capita no Brasil de peixe é de oito quilos por habitante. O índice é abaixo do recomendado pela Organização das Nações Unidas, de 12 quilos.





investir na produção de tilápias, a primeira exigência é ter água disponível na sua propriedade. Além disso, a área de cultivo não deve ser inferior a 5.000 m² de lamina d'água. Como qualquer outra cultura, existem dificuldades no manejo dos peixes. O produtor deve ficar sempre de olho na temperatura da água. Por exemplo, a temperatura acima de 30° diminui o apetite das tilápias. “Qualidade da água, especialmente em relação ao PH, transparência e temperatura devem ser avaliadas a cada 15 dias”, destaca.

De acordo com Braun, a piscicultura é uma atividade de baixo investimento e uma forma de diversificar as atividades na pequena propriedade. Com um capital de R\$ 50 mil já é possível construir um tanque e comprar os equipamentos para o cultivo de peixes. “Comparada a outras atividades o investimento não é tão alto e o retorno de capital é de no máximo três anos”, observa.

“Coisa de comunista”

Colonizada por gaúchos e catarinenses, Cafelândia cresceu e se formou ao redor da Copacol. O morador mais antigo, o comerciante e descendente de italiano Pedro

Bortolato, 67 anos, conta que chegou à cidade em 1956, quando saiu de Araranguá, no litoral de Santa Catarina. “Isso aqui era puro mato”, lembra. Junto com os pais, chegou quando tinha 11 anos e acompanhou todo o processo da fundação da maior cooperativa da região. Recorda que a força e trabalho de um padre italiano, Luis Luise, acostumado com o trabalho organizado pelo associativismo em seu país, foi fundamental para dar início aos trabalhos da Copacol. “Ele era ‘gente buona’ e alertou os agricultores da necessidade de criar uma cooperativa para organizar a cadeia produtiva. Nessa época, os ‘intermediários’ se aproveitavam da falta de recursos dos produtores para a comercialização das safras e que pagavam cada vez menos pelas colheitas. Era muita exploração”, descreve, com um forte sotaque italiano.

Em 1963, o padre italiano e mais 32 agricultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul fundam a Copacol com o objetivo de oferecer aos produtores da região possibilidades de crescimento e melhoria da agricultura. Nessa época, a Copacol construiu uma usina nos seus primeiros anos de funcionamento para levar energia elétrica às residências de Cafelândia.

Bortolato revela que naquela época, período da ditadura, o cooperativismo era ‘coisa de comunista’. “As dificuldades foram enormes, mas lutamos para não entregar de mãos abertas a nossa conquista”, orgulha-se. Após seis anos de atuação na produção e distribuição de energia elétrica (1963 a 1969), a cooperativa foi desmembrada para atender especificamente a agricultura, que na época se destacava na produção de feijão, arroz, milho e café. Diante do forte crescimento do setor agrícola foi construído o primeiro armazém da Copacol para o recebimento da produção de grãos dos associados. “O cooperativismo e a Copacol asseguraram a sobrevivência de Cafelândia”, resume.

“

As dificuldades foram enormes, mas lutamos para não entregar de mãos abertas a nossa conquista.

Pedro Bortolato, comerciante.

”

O be-a-bá da eletricidade na propriedade rural

CTA de Assis Chateaubriand oferece curso de Eletricista Básico

O jeito certo de se fazer uma instalação elétrica é a garantia de segurança e o uso racional de eletricidade na propriedade rural. Pensando nisso, desde o mês de março, o Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand, na região Oeste do Paraná, está com uma nova opção curso: Eletricista. Instalar disjuntores, interruptores, chuveiros e motores elétricos estão entre os principais conteúdos do curso, que há oito anos é oferecido no Centro de Treinamento de Pecuaristas (CTP) de Castro, parceiro do SENAR-PR.

A primeira turma de 13 alunos encerrou as aulas no dia 30 de março e foi orientada pelo instrutor Francisco de Paula Medeiros. Segundo ele, instalações mal feitas e o mau uso de aparelhos eletrônicos implicam em desperdício de energia. Sem contar que o jeito errado de fazer uma instalação pode até provocar incêndios. “O curso visa à segurança e simula problemas que acontecem no dia a dia do produtor rural. Com uma carga-horária de 40 horas, ele aprende o be-a-bá da eletricidade”, resume Medeiros.

Durante cinco dias, o grupo participou do curso e comemora os resultados. “Eu tinha um conhecimento básico sobre eletricidade. Agora tenho certeza que estou preparado para trabalhar com instalação elétrica na área urbana ou rural”, conta Nivaldo Luiz do Nascimento, que pretende oferecer serviços na área. Para Marcos Medeiros, o curso concilia a teoria com a prática. “Já tinha feito outros cursos de eletricidade, mas nenhum foi tão completo quanto ao do SENAR-PR”, revela.

Fotos: Lineu Filho



O curso visa à segurança e simula problemas que acontecem no dia a dia do produtor rural

Infraestrutura

De acordo com o administrador do CTA, Cláudio Ancieto, as instalações dos equipamentos para a realização das aulas começaram em outubro do ano passado e terminaram em fevereiro deste ano. Segundo ele, a sala tem uma estrutura similar a do CTP de Castro.

Para fazer o curso, é preciso entrar em contato com CTA de Assis Chateaubriand pelo telefone (44) 3528-4213. Mais informações pelo site www.sistemafaep.org.br

E a ratificação

No Oeste e Sudoeste a longa espera da regularização das terras

Aqueles que colonizaram o extremo Oeste e Sudoeste do Paraná há mais de 60 anos já tem filhos e netos criados, mas suas terras não podem oficialmente servir de herança. Isso por obra e arte de governos que foram se sucedendo desde 1950, quando a faixa de fronteira de 150 quilômetros, a maior parte próximas às barrancas do rio Paraná, foi titulada pelo governo do Estado. Ocorre que as terras estavam localizadas em áreas de domínio da União, que não reconheceu os títulos. Essa questão ocorre em 11 Estados que possuem limites territoriais com outros países, no caso do Paraná, com a Argentina e Paraguai, e somam cerca de 35 mil propriedades.

A partir de janeiro de 1999, o Governo Federal retomou a questão, fixando as condições para regularização no projeto de lei nº 9.871/99, dando prazo para que os proprietários se habilitassem. Depois de sucessivas postergações, o prazo final para que os proprietários requeressem a ratificação ficou determinado em 31 de dezembro de 2003.

Só em setembro de 2008 o Incra publicou a Instrução Normativa (IN) Nº 48, regulamentando essa lei e esta-

belecendo os procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira. O Incra no Paraná transferiu para a extinta Unidade Avançada Paraná, em Cascavel, as atividades do serviço de Regularização Fundiária.

O tempo passou e permanece a intransquilidade jurídica, uma vez que os procedimentos necessários por parte do Incra não foram realizados. A FAEP solicitou ao coordenador da bancada federal do Paraná, deputado Osmar Serraglio, a busca de uma solução para esse problema. Um alternativa poderia ser o Incra promover o imediato levantamento dos processos por tamanho de propriedade, propondo a ratificação das pequenas e médias propriedades, quando único imóvel rural do proprietário, promovendo a ratificação “de ofício”, conforme a lei nº 9.871/99.

“A ratificação “de ofício” resolve cerca de 80 a 85% das propriedades envolvidas na Faixa de Fronteira. Para proceder a análise dos processos, o Governo Federal poderia recorrer ao apoio do sistema Emater”, argumenta a FAEP em correspondência ao deputado Serraglio.

dos títulos?

PROMESSA NÃO É DÍVIDA

Em 9 de outubro de outubro de 2008, portanto um mês depois da IN 48, o Incra anunciou pelos jornais: “Começa a regularização em Faixa de Fronteira”. A então superintendente Cláudia Sonda anunciou que o trabalho de regularização seria iniciada de imediato com as pequenas e médias propriedades e deveria se estender pelos próximos dois anos. “A medida do Incra vai beneficiar os produtores rurais que poderão acessar créditos e outras políticas públicas”, declarou Cláudia. A primeira etapa do trabalho seria iniciado com cerca de 600 imóveis rurais localizados no município de Iporã, porque o município tinha um único título de origem das décadas de 1950 e 1960. “Assim, fica mais fácil identificar a origem dominial”, explicava a superintendente.

Segundo esse anúncio, as terras com até 15 módulos fiscais (pequenas e médias propriedades), a ratificação seria feita apenas com a avaliação dos documentos já entregues ao Incra. Já para propriedades acima desta metragem (grandes proprietários de terras), haveria a vistoria para comprovar o grau de utilização da terra e a eficiência produtiva. “Para o produtor que tiver mais de um imóvel, mas a soma deles não ultrapassa 15 módulos, a vistoria será em apenas um dos imóveis”, dizia o Incra. Só dizia há 42 meses.

“

Para o produtor que tiver mais de um imóvel, mas a soma deles não ultrapassa 15 módulos, a vistoria será em apenas um dos imóveis.

”

O Brasil realizou a maior reforma agrária do mundo. Poucos, entretanto, acreditam nesse feito. Tal percepção negativa é influenciada pelo discurso que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade dos assentamentos rurais. Idealismo irresponsável.

De 1994 a 2011, mostra com exatidão o Incra, foram assentadas no país 1.176.813 famílias, distribuídas numa área de 88 milhões de hectares. Para aquilatar a grandeza dos números basta citar que existem em São Paulo 227 mil estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006), explorando 16,7 milhões de hectares. Conclusão: a reforma agrária brasileira já é cinco vezes maior que a agricultura paulista.

Os processos históricos de reforma agrária foram distintos nos vários países, impedindo precisas comparações. Stalin expropriou as terras dos czares russos e coletivizou a agricultura ao custo de 6 milhões de mortes. O México perdeu 1 milhão de vidas na época revolucionária de Zapata, dividindo posteriormente 70 milhões de hectares para os ejidos cooperativos. Finda a 2.^a Guerra Mundial, em 1946 os norte-americanos tomaram as posses feudais japonesas e as dividiram em lotes de um hectare para os camponeses. Minifúndios.

Liderança

Com territórios pequenos, Cuba, Chile, Peru e Bolívia promoveram reformas cujas dimensões ficam muito aquém da brasileira. A área distribuída nos assentamentos rurais do Brasil excede a própria área cultivada do País, de 70 milhões de hectares (excluindo pastagens). A França explora 30 milhões de hectares.

Se houvesse um ranking mundial da reforma agrária, o Brasil certamente o lideraria. Na dimensão. Porque na eficácia ocuparia os derradeiros lugares. Aqui mora o problema. A qualidade dos assentamentos rurais configura um fracasso na política pública. Fora as exceções de praxe, verdadeiras favelas rurais se espalharam pelo País.

Uma criteriosa pesquisa realizada pelo Incra (2010) coletou informações básicas sobre modo

Reforma agrária



Divulgação

Por: Xico Graziano

de vida, produção e renda das famílias assentadas. Questionários foram respondidos por uma amostra de 16.153 beneficiários, envolvendo 1.164 projetos de reforma agrária. Só 32,6% das moradias contam com iluminação elétrica regular, em 57% dos lotes as estradas de acesso são péssimas ou ruins, a saúde pública mal chega a 56% das famílias. Na média.

Números são chatos, mas necessários às vezes para convencer incrédulos. O drama das famílias assentadas começa cedo: 38% delas jamais receberam o apoio inicial para soerguer sua existência na roça. Despejadas no lote sonhado, viraram-se por conta própria. A assistência técnica (fomento) chegou apenas a um quarto dos assentados; metade deles nunca viu financiamento do Pronaf e, dos que receberam empréstimos, 38% estão inadimplentes no Banco do Brasil.



a de qualidade



Publicado em “O Estado de S. Paulo - 17/04/2012”

Menos de dois salários mínimos

O relaxo, ou incapacidade, do governo em amparar os novos produtores, aliado à inaptidão da maioria das famílias assentadas, se reflete nos rendimentos. No Ceará 70% dos assentados auferem uma renda total mensal que não ultrapassa dois salários mínimos. Com um agravante: 44% do ganho familiar advém dos benefícios sociais do governo. Tragédia rural nordestina.

Sim, é verdade, a qualidade de vida dos assentados melhorou, quando se compara antes e depois do assentamento. Após anos de tutela do Estado, só faltava ter piorado sua existência material. Mas vejam os dados da pobreza agrária: apenas em 63% dos lares existe televisão, só em 45% deles se bate bolo no liquidificador, a 30% não chegou fogão a gás. Singelo lar, distante da cidade, longe dos amigos.

Xico Graziano

Nada, entretanto, mais surpreende o estudioso que descobrir o buraco negro da reforma agrária: ninguém sabe qual a produção agropecuária oriunda dos assentamentos. Por incrível que pareça, inexistente estatística agregada sobre o volume de grãos, das frutas ou dos rebanhos capaz de determinar sua contribuição à safra agrícola nacional. Parece mentira.

Existem bons trabalhos, notadamente realizados pelas universidades, enfocando casos específicos, às vezes generalizando estimativas. Faltam dados governamentais, de campo, que permitam avaliar o resultado produtivo da reforma agrária. Análise de custo/benefício nunca foi o forte do agrarismo populista, como se o simples acesso à terra fosse um passaporte para a felicidade eterna.

Virtude

Tornar os assentamentos rurais viáveis ganhou destaque no discurso de Dilma Rousseff ao empossar recentemente o gaúcho Pepe Vargas no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em substituição ao baiano Afonso Florence. Disse a presidente, com todas as letras, que “reforma agrária não é só distribuição de terra, mas garantia das condições de desenvolvimento para as populações que acessem essas terras”. Foi mais longe: “De nada adianta distribuição de terra com permanência das populações rurais na extrema pobreza”. Recado certo.

A troca do titular da pasta que comanda o Incra ocorreu em meio às críticas sobre o baixo desempenho nos assentamentos em 2011. Apenas 22 mil famílias receberam um quinhão da reforma agrária, o menor número dos últimos 16 anos. Na ótica da quantidade, péssimo. Na visão da qualidade, porém, o ministro demitido saiu injustiçado. Assentar pouco pode ser virtude, não defeito.

Mais que girar a rosca sem-fim importa garantir qualidade produtiva à reforma agrária. Deveria haver uma norma - lei da responsabilidade agrária - que obrigasse o poder público a emancipar os projetos antigos antes de iniciar os novos. Consolidado o assentamento, com moradia decente, transporte regular, assistência técnica, integração produtiva, os recém-“com-terra” seriam titulados.

Escritura na mão, alforria no campo.

Exportações do agrone

Aumento de 20% no primeiro trimestre, mas importações provocam déficit

Por Gilda M. Bozza – Economista da FAEP

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), divulgados no dia 19 mostram que no 1º trimestre de 2012, as exportações paranaenses assinalaram crescimento de 19% em comparação ao mesmo período de 2011. De janeiro a março deste ano, as exportações ficaram em US\$ 3,83 bilhões. No mesmo período de 2011, as exportações fecharam em US\$ 3,21 bilhões.

Já as importações totalizaram US\$ 4,63 bilhões, ou seja, uma evolução de 22% sobre igual período de 2011 (US\$ 3,80 bilhões). Com isso, o saldo foi negativo na ordem de US\$ 802 milhões, completando oito meses de déficit na balança comercial paranaense.

Exportações do agronegócio do Paraná – no primeiro trimestre de 2012, as exportações do agronegócio paranaense somaram US\$ 2,66 bilhões, um aumento de 20% relativamente ao mesmo período de 2011 (US\$ 2,22 bilhões), representam 69,5% das exportações totais do Paraná e no entorno de 13,7% das exportações do agronegócio brasileiro (US\$ 19,41 bilhões). O saldo das exportações brasileiras do agronegócio no período analisado foi de US\$ 15 bilhões. É o que apontam os dados do agronegócio divulgados pela Secretaria de Relações Internacionais, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Nas exportações do agronegócio paranaense, os principais agregados setoriais, em ordem decrescente foram: complexo soja, complexo carnes, produtos florestais, com-



Fotos: Divulgação



Gilda M. Bozza,
economista da FAEP

plexo sucroenergético. Esses agregados participam com 80% das exportações do agronegócio estadual.

Complexo Soja e Milho – o complexo soja (grão, farelo, óleo, margarina e lecitina), no acumulado de janeiro a março/12 registrou uma receita de US\$ 1,07 bilhão e representa 40% das exportações do agronegócio, sustentando as exportações parananenses. Já as exportações de soja em grão totalizaram US\$ 634 milhões e um volume exportado de 1,38 milhão de toneladas, resultado do binômio demanda aquecida e preços de exportação. O aumento registrado na comercialização foi de 278%, saindo de 497 mil toneladas para as 1,38 milhão de toneladas. No período, o preço médio de expor-

gócio paranaense



tação da soja em grão foi de US\$ 457,34 por tonelada. As exportações de farelo de soja resultaram em receita de US\$ 295 milhões. As exportações de óleo (bruto e refinado) somaram US\$ 148 milhões. As exportações de milho geraram receita de US\$ 125 milhões e um volume embarcado de 484 mil toneladas.

Complexo Carnes – o complexo carnes (aves, suína e bovina) ocupa o segundo lugar nas exportações do agronegócio estadual. A receita foi de US\$ 569 milhões, alavancada pelas exportações de carne de frango. Esse agregado contribui com 21% das exportações totais do agronegócio. As exportações de carne de frango somaram US\$ 462 milhões, participando com 81% na geração de

divisas do complexo carnes. O volume exportado foi de 262 mil toneladas. As exportações de carne suína totalizaram US\$ 34 milhões e volume exportado de 15 mil toneladas. Já as exportações de carne bovina apontam recuo na receita, passando de US\$ 15,9 milhões para US\$ 10,8 milhões.

Produtos Florestais – terceiro agregado em ordem de valor, representa 11% do total do agronegócio, obteve receita de US\$ 294 milhões, embora registre uma ligeira queda em relação ao mesmo período de 2011 (US\$ 295 milhões).

Sucroenergético – quarto agregado em ordem de importância, as exportações do complexo sucroenergético somaram US\$ 207 milhões. As exportações de açúcar respondem por 98% do total do setor e somaram US\$ 204 milhões. As exportações de álcool totalizaram US\$ 3,1 milhões.

Café – as exportações do complexo café (café verde, torrado, solúvel, extratos e essências) atingiram US\$ 118 milhões, com queda em relação ao mesmo período de 2011, quando totalizaram US\$ 119 milhões.

Mercados compradores – houve crescimento nas exportações para a Taiwan (828%); Coréia do Sul (295%); China (206%); Índia (170%); Cingapura (142%); Hong Kong (49%); Emirados Árabes (45%). Já as exportações para a Rússia declinaram 67%, por conta dos embargos impostos. O fluxo de exportação também foi maior para a Ásia, de 109%. Para a União Europeia houve recuo de 12%. Quanto ao Oriente Médio observou-se estabilidade no fluxo de exportação.

O georreferenciamento empacado

Falta de pessoal emperra andamento dos processos

Para cumprir a lei nº. 10.217/2001, que exige a Certificação do Incra nas propriedades rurais com áreas acima de 500 hectares, um grupo de 20 mil produtores em todo o país e 1,7 mil no Paraná aguardam há mais de dois anos o órgão analisar os processos de georreferenciamento.

Um exemplo desta longa espera é do advogado e produtor rural de uma área de 706 hectares na região de Ponta Grossa, Rosaldo Lenington Nunes Rocha, 68 anos. Viúvo há oito anos ele já fez a partilha dos bens, a averbação da Reserva Legal, mas ainda não conseguiu a Certificação do Incra para averbar o processo de partilha junto ao cartório.

Rocha deu entrada com o primeiro pedido em junho de 2010, foram solicitados pelo Incra documentos complementares que o fizeram entrar com o segundo pedido em outubro de 2010. “Todas as vezes que falo com o Incra os funcionários são muito educados, mas a realidade é que falta pessoal na instituição para atender os produtores”, afirma.

O produtor informa que este problema pode ser constatado facilmente pela defasagem do Registro Eletrônico de Protocolo do Incra, que atualiza as informações dos processos. O Incra alega falta de estrutura (pessoal) para analisar os documentos anexados aos processos (memorial descritivo, plantas, matrículas, etc).

Vale lembrar que para entrar com este pedido o produtor rural já teve que contratar um engenheiro-agrônomo credenciado pelo Incra, para efetuar a medição topográfica na sua propriedade e pagou caro por isso.

Só o georreferenciamento (medição topográfica) possibilita estabelecer os limites do imóvel com alto grau de precisão identificando as Áreas de



Fernando Santos

“
Este é o único documento que traz segurança jurídica ao proprietário rural e a sua família.

*Luiz Antônio Finco,
 Técnico da FAEP*

Preservação Permanente (APP's), Reserva Legal, lavouras, pastagens, reflorestamento, áreas não aproveitáveis e com benfeitorias. “Este é o único documento que traz segurança jurídica ao proprietário rural e a sua família”, explica o técnico da FAEP e administrador de empresas Luiz Antônio Finco.

A Certificação de Georreferenciamento do imóvel rural também é imprescindível para que o produtor tenha acesso ao crédito rural ou faça partilha, arrendamento, inventário, hipoteca e desmembramento (total ou parcial) do imóvel, documentos exigidos pelos cartórios de Registro de Imóveis.

Mato Grosso é o Estado que encabeça a lista de pendências junto ao Incra com sete mil processos que aguardam análise. No Paraná são 1,7 mil e a Bahia tem 1,2 mil pedidos.

O governo federal reconhece a falta de estrutura do Incra e por conta disso está capacitando cartógrafos do Exército para trabalharem em conjunto com os profissionais do Incra. Além disso o governo prorrogou os prazos limite para apresentação do georreferenciamento. Veja tabela abaixo:



Na pauta, as aposentadorias

Segurado especial, empregador rural e Cadastro do INSS

O Departamento Sindical da FAEP promoveu nos dias 10 e 11 de abril o curso Previdência Social Instrução Normativa 45 para funcionários de 34 sindicatos. Os temas abordados foram a aposentadoria do segurado especial – até quatro módulos fiscais; aposentadoria do empregador rural e o Cadastro Nacional de Informações Sociais do INSS (CNIS).

Com carga horária de 16 horas o curso teve uma parte teórica e outra prática onde foram feitos estudos de casos e simulações de situações que podem surgir no atendimento diário dos sindicatos. Com os exemplos, os alunos, divididos em grupos, apresentavam soluções para os casos colocados. Após a apresentação dos alunos os especialistas acrescentavam dados, orientações e outras informações.

“A didática do curso foi excelente. Abordar o tema legislação pode ser um pouco cansativo e monótono devido à inflexibilidade do tema, mas as simulações trouxeram dinamismo para as aulas. Assim conseguimos assimilar todo o conteúdo”, afirma Vilma Santos Guimarães, funcionária do Sin-

dicato Rural de Ubitatã.

Para a secretária Marli Sauruk, que trabalha há 17 anos no Sindicato Rural de Irati e já fez vários cursos sobre o assunto este foi o melhor. Ela afirma que hoje no sindicato o maior desafio para os funcionários é a lei nº. 11718 de julho de 2008, que alterou o enquadramento previdenciário do segurado especial em regime de economia familiar e do empregador rural.

“Para nós estas mudanças se traduzem em novas regras para aposentadoria dos produtores rurais com propriedades até quatro módulos. Nós temos alguns casos no sindicato em que o produtor vai completar 60 anos e não poderá se aposentar, esse tema é muito delicado”, diz Marli.

As aulas foram administradas pelo consultor da FAEP em previdência, João Candido de Oliveira Neto e pelo advogado e técnico do Departamento Sindical Eleutério Czornei. Este foi o primeiro encontro deste ano, em 2011 foram realizados cinco iguais a este. Os sindicatos que quiserem inscrever seus funcionários podem enviar email para sindical@faep.com.br.



Saudades

Para quem ainda lembra delas, a produção em massa das fitas cassetes começou em 1964, em Hannover, Alemanha. Os cassetes de música pre-gravada, também conhecidos como “musicassetes” (MC), foram lançados na Europa no final de 1965 e nos Estados Unidos, em 1966, com uma oferta inicial de 49 títulos pela Mercury Record Company, uma filial norte-americana da Philips. A “febre” durou até meados da década de 1990, quando surgiu o CD. Aí veio o DVD, o smartphone, o Ipad, Ipad, Blue-ray. Qualquer hora dessa aparece o I-AIPIM....

TESTAMENTO

No escritório do advogado, a viúva ouvia a leitura do testamento de seu finado marido:
– Sinto muito, mas o senhor Euclides deixou tudo o que tinha para a Casa de Caridade da Viúva Pobre.
– Mas, e eu? - choramingou a mulher.
– Bem, a senhora era justamente tudo o que ele tinha.

Cimento a rodo

No acumulado de 12 meses até março, as vendas das indústrias de cimento no país chegaram a 65,7 milhões de toneladas, alta de 9,6 por cento sobre o período de abril de 2010 a março de 2011. Em 2003 as vendas foram pouco mais de 35 milhões de toneladas. Haja argila, calcário e calor (1450° C).



Limites da capacidade

Um estudo da University College London (Inglaterra), publicado no Journal of Neuroscience, mostra que a habilidade de pilotos de caça de trabalhar sob pressão se deve ao modo como o cérebro deles está conectado. O estudo encontrou diferenças na massa branca e nas conexões do hemisfério direito do cérebro, se comparados com outros voluntários que não eram pilotos. Os pilotos de Força Aérea são treinados para voar a velocidades supersônicas e baixa altitude, o que requer controle absoluto para lidar com qualquer erro possível. A disciplina dos pilotos está nos limites da capacidade cognitiva humana, por isso os médicos resolveram estudar seus cérebros.



Terras raras

Os metais terras-raras são insumos que conferem características especiais a ligas metálicas sem as quais seria difícil imaginar a existência de equipamentos de última geração, entre eles iPhones, lasers e carros híbridos, como o Toyota Prius. São 17 elementos químicos difíceis de ser encontrados com alto grau de pureza e concentração. Eles são bons condutores de eletricidade e de calor, além de altamente magnetizáveis. Tem nomes estranhos: európio, cério, térbio, ítrio, lantânio, etc. A China abastece 97% do mercado e fez disparar os preços, enquanto o Brasil tem grandes reservas não exploradas.



Sadismo

A lei federal de crimes ambientais nº 9605 de 16/02 de 1998 reforçou um decreto de 1934 e especificou várias violações e penalidades para aqueles que praticam crimes contra os animais. Segundo o artigo 32 desta lei, maus-tratos de animais são classificados como qualquer ato de abuso e maus-tratos. Ferir ou mutilar animais domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos também é crime de maus-tratos que tem como pena a detenção de três meses a um ano e multa.

Herança colonial

Os franceses são considerados arrogantes por belgas, ingleses e canadenses e são alvo de piadas sobre sua suposta pouca afeição à higiene pessoal. Para ilustrar isso, seus vizinhos belgas adoram contar que a melhor maneira de esconder algum dinheiro é debaixo do sabonete de um francês. Os franceses respondem com piadas sobre a pouca inteligência dos belgas, assim como os brasileiros fazem com os portugueses. O cenário se repete entre canadenses x americanos e argentinos x espanhóis. Herança dos tempos coloniais.

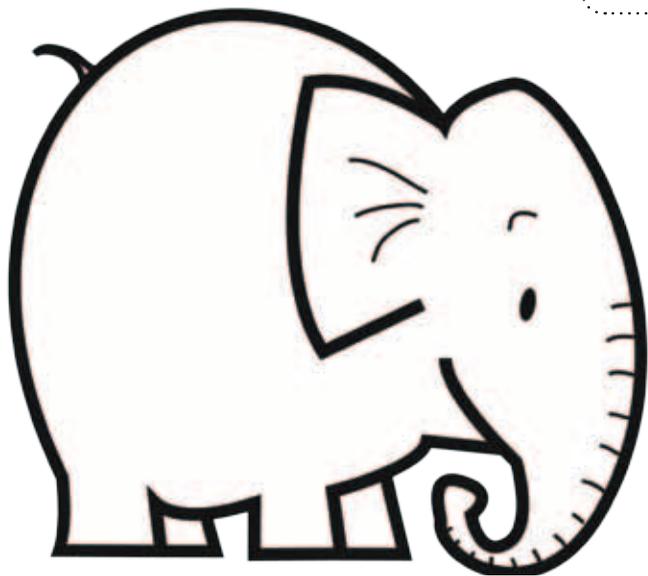


Exército da Borracha

Casa e comida e ajuda às famílias foi a oferta do Governo Getúlio Vargas a 34.423 nordestinos (alguns afirmam serem 53.399) que formaram o “Exército da Borracha”. Vital na segunda guerra, os nordestinos foram internados na Amazônia para explorar seringueiras. Mudanças das seringueiras foram contrabandeadas para a Malásia e a maior parte desses trabalhadores nunca voltou para casa. No fim, pra variar, o governo acabou por desamparar suas famílias, que deixaram de receber auxílio.

Poxa!!!!

- O intestino delgado mede entre 6 a 9 metros. O intestino grosso tem 1,5 metros, mas é 3 vezes mais largo.
- Um adulto elimina 3 litros de água por dia, por meio da urina, suor e da respiração.
- Se dormirmos, em média, 8 horas por dia, aos 40 anos teremos dormido 13 anos.
- Por cada sílaba que o homem fala, 72 músculos entram em movimento, para sorrir, são utilizados 14 músculos e para beijar, 29.



Sobre elefantes

A pele de um elefante é cinza e enrugada, tem cerca de 3 cm, mas é surpreendentemente macia. Moscas, mosquitos e outros insetos podem picá-la. Um elefante assustado ou bravo pode correr a uma velocidade de 40 km/h a uma curta distância. Já em uma longa jornada, os elefantes costumam percorrer uma média de 16 km/h. Usa sua tromba como se fosse uma mão, pode carregar 272 kg de carga ou um pequeno objeto como uma moeda, por exemplo. Respiram e cheiram pela tromba.





CURSOS

Santa Izabel do Oeste



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Realeza e o SENAR-PR realizaram nos dias 30 e 31 de março, no município de Santa Izabel do Oeste, na comunidade de Nova Estrela, o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Inclusão Digital 16 horas básico para um grupo de 11 produtores e trabalhadores rurais. O instrutor do grupo foi Sandro Pio Passarin. O secretário municipal de Agricultura, Helio Vansetto, esteve presente no encerramento do curso e falou da importância desta ferramenta de trabalho para o produtor rural. Ele solicitou que a parceria com o sindicato e o SENAR-PR seja ampliada e que seis novas turmas sejam formadas nas outras comunidades do interior do município.

Teixeira Soares



Tratorista

O Sindicato Rural de Teixeira Soares promoveu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores de Esteira, exclusivo para mulheres. Com 15 participantes o grupo teve como instrutora Silvana Olzewski e as alunas aprenderam a fazer a manutenção correta para evitar danos e custos.

Bocaiúva do Sul



Desenvolvimento Comportamental

O Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul organizou uma turma para o Programa Desenvolvimento Comportamental. As aulas acontecem na Chácara da Comunidade Terapêutica Vitória. O grupo é formado por pessoas que estão se reabilitando do uso de drogas e do álcool. O programa encerrará no dia 25 de outubro.

Arapoti



Manejo de bovino de leite

O município de Arapoti se destaca como um grande produtor de leite e como berço de criadores de bovinos campeões nas categorias de conformação genética e produtividade. O Sindicato Rural de Arapoti apoia os produtores oferecendo cursos de capacitação profissional para o setor. No período de 24 a 31 de janeiro um grupo de nove produtores participou do curso de manejo de bovino de leite e teve como instrutor Claudio Livramento. A aula prática foi realizada na propriedade de Adriano Bronkrost.

Nova Londrina



Plantio da Cana-de-Açúcar

O SENAR-PR, o Sindicato Rural de Nova Londrina e a Usina Copagra realizaram o Curso de Plantio da Cana-de-Açúcar em 14 de março. O grupo com 50 participantes teve como instrutor Luiz Paulo Corso. Entre os conteúdos abordados destaca-se as práticas corretas de trabalho e o plantio consciente e bem feito.

Paranacity



Posse

No dia 3 de abril foi empossada a nova diretoria do Sindicato Rural de Paranacity. Foi eleito como presidente Aldo Hashimoto, como vice-presidente Wener Paulo Oesterle e como tesoureiros José Rodrigues e Leandro Martins Serano. Esta diretoria fica no cargo até 3 de abril de 2015.

Ivaiporã



Compotas e frutas

O Sindicato Rural de Ivaiporã realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos conservação de frutas e hortaliças • compotas e frutas desidratados nos dias 9 e 10 de abril na sede da Associação Atlética do Banco do Brasil. O grupo de 11 participantes compõem a Câmara da Mulher do Sindicato Rural de Ivaiporã. A instrutora foi Elaine Gasparelo.

Três Barras do Paraná



JAA

As duas turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz, que estudam na Casa Familiar Rural de Três Barras do Paraná tiveram uma aula prática sobre avicultura de corte. O instrutor do grupo de 34 jovens é Sandro Pio Passarin. A aula aconteceu no dia 28 de março na propriedade do aluno Giovane Sanches Tomazi. Na ocasião também foi apresentado aos jovens as futuras instalações para implantação da atividade de bovinocultura de leite, que será desenvolvida nesta propriedade.

ATENÇÃO: Mudanças no Conceleite

Alguns parâmetros do Conceleite Paraná passaram por uma revisão no âmbito da Câmara Técnica, foram aprovados pela diretoria* e passarão a ser utilizados a partir de junho de 2012, trazendo mudanças na forma de divulgação das resoluções mensais, a saber:

1. O leite padrão será substituído por outro leite denominado Leite Conceleite IN 62, que tem as características de qualidade definidas pela Instrução Normativa 62**, ou seja: 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de contagem bacteriana e 600 mil uc/ml de células somáticas. O Leite Conceleite IN 62 será o novo valor base do Conceleite Paraná.
2. Nas resoluções dos meses de abril e

maio, além dos 3 Valores de Referência habituais, foi acrescentado o Valor Referência do Leite Conceleite IN 62.

3. A partir do mês de junho, será divulgado apenas o Valor Referência do Leite Conceleite IN 62.

IMPORTANTE: Com tais alterações o Conceleite Paraná passará a precificar apenas os parâmetros de qualidade, sendo que a valorização para volume, além de outros itens como fidelidade, capacidade de armazenagem, etc, serão de livre negociação entre produtores e indústrias.

Um SIMULADOR de preços está em construção e será disponibilizado brevemente para que os produtores possam digitar seus resultados*** da análise do leite e imediatamente saber qual é o valor

base de seu leite, sobre o qual deverá ser acrescentado o valor que o produtor negociou para precificação dos demais itens.

- * A diretoria do Conceleite é composta por 22 produtores de leite e 22 representantes das indústrias
- ** A IN 62 é a legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que determinou os parâmetros mínimos de qualidade para o leite brasileiro.
- *** Será considerada a média geométrica dos 3 últimos meses, conforme regulamenta a IN 62.

Informações mais detalhadas serão apresentadas brevemente sobre essa nova metodologia que passará a vigorar a partir de junho de 2012.

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/03/2012



HISTÓRICO/CONTAS

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00	-	18.785.235,19	-	2.341.952,64	-	25.424.342,45
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	1.995.982,53	-	176.575,06	-	5.379.544,49
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	1.976.257,79	-	-	-	3.458.215,94
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	83.404,60	-	-	-	136.989,60
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	8.309,79	-	-	-	14.148,40
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	102.940,77	-	-	-	140.043,18
Pgto. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	23.090.811,76	**542.225,27	2.659.558,70	77.567,43	34.475.716,63
SALDO LÍQUIDO TOTAL								34.475.716,63

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

- a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27
- b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná - CONSELEITE-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04/2012

A diretoria do Conseeleite-Paraná reunida no dia 17 de abril de 2012 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em março de 2012 e a projeção dos valores de referência para o mês de abril de 2012, calculados por metodologia definida pelo Conseeleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência divulgados nesta resolução compreendem: (I) o leite acima do padrão; (II) o leite padrão; (III) o leite CONSELEITE IN62; e (IV) o leite abaixo do padrão. **NOTA:** o Conseeleite Paraná informa que a partir de junho de 2012 serão divulgados apenas os valores de referência do “leite CONSELEITE IN62”.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* – FEVEREIRO/2012

Matéria-prima	Valores projetados em 13/Março/2012	Valores finais Março/2012	Diferença (final - projetado)
I Leite acima do padrão (Maior valor de referência)	0,7753	0,7790	0,0037
II Leite Padrão (Preço de referência)	0,6742	0,6774	0,0032
III Leite CONSELEITE IN62 **		0,6703	
IV Leite abaixo do padrão (Menor valor de referência)	0,6129	0,6158	0,0029

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* FEVEREIRO/2012 E PROJETADOS PARA MARÇO/2012.

Matéria-prima	Valores finais Março/2012	Valores projetados Abril/2012	Diferença (Projetado - final)
I Leite acima do padrão (Maior valor de referência)	0,7749	0,7852	0,0062
II Leite Padrão (Preço de referência)	0,6774	0,6868	0,0054
III Leite CONSELEITE IN62 **	0,6703	0,6745	0,0042
III Leite abaixo do padrão (Menor valor de referência)	0,6128	0,6207	0,0049

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana. Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Março de 2012 é de R\$ 1,3587/litro. Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de abril de 2012 é de R\$ 1,3593/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseeleite Paraná disponibilizará um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador estará disponível brevemente.

Curitiba, 17 de Abril de 2012

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice-Presidente



Reunião da Fundação do Sindicato Rural de Tibagi em 1977

Arquivo pessoal



Eugênio Carneiro e Ivo Carlos Arnt Filho

Sistema FAEP

Sindicato Rural de Tibagi: 35 anos

A transformação do “Medicato” num órgão atuante

Há 35 anos, em 3 de abril de 1977, um grupo de duas dezenas de produtores criou o Sindicato Rural de Tibagi. Era chamado de “Medicato” por cuidar do atendimento médico-odontológico dos filiados, como recorda um dos fundadores, o médico Eugênio Carneiro.

No início do mês, Carneiro ficou sensibilizado com a inauguração de uma galeria de fotos dos presidentes do Sindicato que ajudaram a transformar o

Serviço: O Sindicato Rural de Tibagi está localizado na Rua Herbert Mercer, 1317 mais informações pelo telefone (42) 3275 1204. E pelo email: sirural@hotmail.com

“Medicato” num Sindicato vivo e atuante. “Estamos lançando mais um serviço aos sócios, um convênio com laboratório de análise de solo que dará 50% de desconto ao associado. Com a força sindical conquistamos melhores linhas de crédito, financiamentos, garantias de preço mínimo e treinamento com cursos de qualificação para os agricultores. A união da classe é muito importante para o crescimento de cada produtor”, comentou Ivo Carlos Arnt Filho, o atual presidente.

O prefeito de Tibagi, Sinval Silva, ex-membro da diretoria, participou da cerimônia e parabenizou o envolvimento que o sindicato tem junto à comunidade. “Nosso município onde predomina a agricultura é muito importante ter um órgão que represente os produtores rurais. Estão todos de parabéns e que cada vez mais possa ser referência para os municípios”, diz.

Com prosa

Hoje além de fortalecer a atividade agrícola, mobilizar os produtores rurais o sindicato encontrou um jeito inovador de reunir os produtores semanalmente de forma agradável no “Café com prosa”. Às terças-feiras o sindicato recebe os associados para uma conversa informal e pelo menos uma vez por mês organiza uma participação especial.

Em fevereiro foi a vez das Indústrias Klabin do Paraná, que reuniu mais de 40 produtores. Foi apresentado o programa de fomento para plantio de florestas em áreas marginais em consórcio com agricultura e pecuária, para o fornecimento de matéria-prima para a fábrica de celulose.

No encontro o engenheiro-agrônomo Glauco Ferreira, falou sobre a modalidade e opção de plantio, tanto de pinus como eucalipto, no sistema de fomento. A Klabin oferece assistência técnica, orientação e elaboração do projeto para a realização do investimento na modalidade do programa ABC-redução de carbono. O pagamento deste financiamento é realizado após oito anos, em pagamento único com o fornecimento da madeira para a indústria.

O próximo encontro técnico está sendo agendado com a empresa Agropantanal e terá como tema principal adubação e pastagem.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



O leitor do BI e produtor de leite Janus Katsman enviou essas fotos de sua propriedade em Carambé, nos Campos Gerais. Volta e meia ele utiliza a sua Canon EOS 400D e obtém flagrantes que julga interessante. Se você também gosta de fotografia e tem o que julga ser bons registros de cenas do campo, faça como o Janus e envie para imprensa@faep.com.br

Segurança em Apucarana

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná autorizou o funcionamento do Conselho Comunitário de Segurança Rural de Apucarana. A carta, que permite a constituição do Conselho assegura o direito de reuniões periódicas para encontrar soluções adequadas nas questões de segurança, foi assinada em 3 de março e tem validade até 18 de setembro de 2012.

Você é um tonggo?

“O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive”.

(Padre Antonio Vieira)

Ele é um tonggo! Não lê. Você já deve ter ouvido esse comentário, mas a maioria dos brasileiros não tem esse hábito que se adquire em casa, pelos conselhos dos pais e parentes; na escola, por exigência dos professores(as); ou com as recomendações dos amigos(as). Em julho do ano passado, o “Retratos da Leitura, do Instituto Pró-Livro (IPL) e o Ibope Inteligência” fizeram uma pesquisa com 5 mil pessoas em 315 municípios do País, revelando que a nossa média de leitura é de 4 livros por ano. Muito baixa em relação a outros países. Não importa o que você use para ler: livros, jornais, revistas, informações na Internet, e-book (livros eletrônicos).

Porque sem leitura você deixa de ter:

1. **Entendimento:** uma boa leitura leva a pessoa ao entendimento de assuntos distintos. Como você saberá conversar sobre determinado tema se não tem percepção ou se não o compreende?
2. **Cultura:** através da leitura temos possibilidade de ter contato com várias culturas diferentes. Sabemos como determinado povo se comporta, os motivos pelos quais agem de forma distinta da nossa. Como lidar melhor com quem é diferente de nós e não temos uma opinião pobre e geral das circunstâncias.
3. **Conhecimento:** através da leitura falamos e escrevemos melhor, sabemos o que aconteceu na nossa história, o porquê de nosso clima e do idioma que falamos.

4. **Leitura dinâmica:** quem lê muito, começa a refletir mais rápido. Logo, adquire mais agilidade na leitura.

5. **Vocabulário:** quem lê tem um repertório de vocábulos muito mais avançado do que aquele que não possui essa prática.

6. **Escrita:** com conhecimento, reflexão e vocabulário é óbvio que o indivíduo conseguirá desenvolver seu texto com muito mais facilidade. Quem lê, se expressa bem por meio da escrita.

7. **Diversão:** sim, a leitura promove diversão, pois quem lê é levado a lugares que não poderia ir “com as próprias pernas”.

8. **Informação:** através da leitura ficamos informados sobre o que acontece no mundo.

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em _____
Em _____

Responsável _____

Com: www.mundoeducacao.com.br/